



Boletim do Tempo Presente - ISSN 1981-3384

**Lampejos de resistência: o Jornal *Lampião da Esquina* frente a censura do Regime Militar (1978-1981)**

---

Romero Romulo da Silva Júnior<sup>1</sup>

**Resumo:** Com a liberdade de expressão restritiva, devido à ditadura militar brasileira (1964-1985), a imprensa alternativa se instrumentalizou como espaço de luta política. Nesse contexto, o *Lampião da Esquina* (1978 -1981) foi um jornal declaradamente homossexual preocupado em discutir as questões de grupos minoritários e denunciar os abusos sofridos por esses no período. A partir da análise das publicações do periódico, busca-se identificar e discutir as implicações sócio-políticas e culturais, suas possibilidades e entraves diante da censura moral, como também sua influência na construção de um movimento organizado no período.

**Palavras-Chave:** Ditadura militar; Imprensa Alternativa; *Lampião da Esquina*.

**Flashes of resistance: the Jornal *Lampião da Esquina* front of the censorship of the Military Regime (1978-1981)**

**Abstract:** This paper is about the organization of the homosexual press in the Brazilian military dictatorship (1964 – 1985). With freedom of expression restricted, the alternative press was a space for political struggle because it shared opposition speeches. The *Lampião da Esquina* (1978-1981) was born concerned with Brazilian minorities, especially homosexuals. The newspaper reported on the homosexual community and denounced the crimes of which they were victims. Through the analysis of the newspaper, we strive to discuss its influence and importance in the period.

**Keywords:** Brazilian Military Dictatorship; Alternative Press; *Lampião da Esquina*.

JÚNIOR, R. R. S.

**Introdução: lampejos de resistência**

*“Que essa garra de ferro  
Calcinada  
Se desfaça  
Diante da luz  
Intensa da palavra.”*

*Hilda Hilst<sup>II</sup>*

Trabalhar a história e memória do *Lampião da Esquina* é propor uma disputa da memória coletiva a respeito de corpos transviados, a saber dissidentes em gênero e/ou sexualidade. Como esses corpos se organizaram, discursaram e sobreviveram diante de um Estado que historicamente se contrapõe a sua existência, especialmente frente o tensionamento da censura no regime militar que se instaurou nos anos sessenta no Brasil.

O golpe civil-militar de 1964 representa a expressão mais contemporânea da persistência do autoritarismo brasileiro, contrariando o imaginário costumeiramente ilustrado de uma “história incruenta” no país. <sup>III</sup> É a partir desse que se contorna uma história de repressão e de censura a qual se intensifica com o decreto do Ato Institucional nº 5, em 1968, durante o governo do general Arthur da Costa e Silva. Diante do crivo dos militares, “o terror se instaura por meio da atuação dos órgãos de segurança e repressão (SNI/OBAN/DOI-CODI) e da substituição da “ordem da Constituição” pela “ordem dos atos repressivos”.<sup>IV</sup>

A crise econômica desencadeada nos fins dos anos setenta, contudo, já no governo do general Ernesto Geisel, organiza uma “distensão lenta, gradual e segura” que flexibiliza as estruturas até então recrudescidas; liberação política contínua no governo do seu sucessor João Baptista Figueiredo. Naquele cenário, sobretudo diante da derrota da luta armada, coube a oposição novas estratégias de resistência que conseguissem coexistir com a perseguição militar que, embora mais branda, era ainda vigente. Destacamos então uma arma contundente de resistência política por meio da imprensa alternativa: a palavra.

A imprensa alternativa era um espaço de veiculação de pensamentos autônomos e opositores ao regime que não encontravam respaldo na grande mídia, reprimida, muitas vezes, pela censura. Os órgãos alternativos eram “um discurso contra-hegemônico, antigovernista, um espaço alternativo onde jornalistas e intelectuais tiveram chance de escrever o que quisessem, tiveram chance de expor suas ideias, suas concepções de mundo, suas reivindicações.”<sup>V</sup>

Diferente da grande imprensa e suas associações institucionais e comerciais, a imprensa alternativa produzia e circulava de maneira independente seus impressos. O repúdio ao lucro, em alguns jornais, era parte do modelo ético-político, mas a distribuição nacional era antieconômica, pois existia a incapacidade de formar uma grande base de assinantes e havia um certo triunfalismo diante da censura, contribuindo para fazer dessa uma formação provisória, frágil e vulnerável aos ataques de fora e as suas próprias contradições internas. <sup>VI</sup> O que conferia, portanto, liberdade editorial também cerceava as possibilidades de produção, dado o baixo investimento de capital, e gerava uma veiculação restrita, dada a baixa capacidade de popularização do circuito alternativo.

Os jornais alternativos eram diversos em suas abordagens, as discordâncias demonstravam oposições ideológicas, mas o ciclo alternativo os unia enquanto frente de resistência comum. A adoção do processo de reabertura democrática, no governo de Ernesto Geisel, esmaeceu o sentimento de solidariedade e possibilitou ainda mais divergências. Entre as diversas proposições, o imaginário da sexualidade ganhou um espaço de discussão.

JÚNIOR, R. R. S.

No momento em que timidamente se restauravam as liberdades civis, diante das condições e contraposições apresentadas, surge o *Lampião da Esquina* (1978 – 1981). Como o próprio conselho editorial anuncia em sua edição zero “Ventos favoráveis sopram no rumo de uma certa liberalização do quadro nacional [...] uma “abertura” do discurso brasileiro”.<sup>VII</sup> Formado por jornalistas, artistas e intelectuais homossexuais, o impresso se destaca na construção de um espaço para discutir posições, ideias, comportamentos e proposições estéticas que sequer chegavam às outras mídias, mesmo as alternativas. Havia, sobretudo, um arranjo simbólico na composição editorial que circunscrevia o público-alvo e suas reivindicações. “Mas um jornal homossexual, para quê? [...] A nossa resposta [...] é esta: é preciso dizer não gueto e, em consequência, sair dele”.<sup>VIII</sup>

A existência de um jornal declaradamente homossexual ameaçava os “bons costumes” cultivados pelo regime que buscava não só uma redefinição econômica e política, mas também moral do Brasil. Segundo Renan Quinalha a censura moral, operada contra o *Lampião*, “possui um aspecto intrinsecamente político de policiamento de condutas, de limitação das liberdades, de sujeição de corpos, de controle de sexualidades dissidentes, de domesticação dos desejos e mesmo de restrição às subjetividades de modo mais amplo”.<sup>IX</sup> Para o autor, o regime se construía enquanto uma ditadura hetero-militar na qual as práticas sexuais e comportamentais eram também afetadas pelo Estado que, conduzido por ideologias normativas, exercia uma política sexual, isto é, a esfera cotidiana e íntima era objeto da regulação e do controle militar. Não à toa, os editores e jornalistas foram perseguidos e processados, porque falavam abertamente sobre temáticas homossexuais.

A imprensa alternativa, portanto, foi uma manifestação possível e eficaz para que um grupo, comum em seus gêneros e sexualidades não normativos, se organizasse visto que não encontravam respaldo dentro das organizações político-partidárias. Se parte da esquerda revolucionária entendia a homossexualidade como um “desvio burguês”, desinteressante a sua agenda, o *Lampião* luzidia “o que nos interessa é destruir a imagem padrão que se faz do homossexual, segundo a qual ele é um ser que vive nas sombras, que prefere a noite, que encara a sua preferência sexual como uma espécie de maldição”.<sup>X</sup>

Buscaremos, portanto, analisar o papel da imprensa alternativa na circulação de discursos contra hegemônicos, as limitações e as possibilidades desses movimentos frente à censura moral do regime por meio do *Lampião da Esquina*. Compreendendo não só o modo como o jornal foi instrumento de contestação e de resistência para corpos transviados, através da manifestação de uma proposta estético-comportamental pela qual se tensionava os dilemas culturais da época, como também suas consequências.

### **Por que um jornal homossexual?**

Segundo Bernardo Kucinski havia duas grandes classes de jornais alternativos. Os predominantemente políticos, influenciados pela valorização nacional e o marxismo dos meios estudantis, os quais se preocupavam em discutir e organizar táticas de oposição, além de pensar a estratégia revolucionária a ser seguida no país. Do outro lado, estava uma segunda categoria, a dos jornais nascidos a partir da influência dos movimentos de contracultura norte-americanos, interessados numa ruptura da moral e dos costumes, como forma de oposição ao autoritarismo, entre os quais o *Lampião* se incluía.

O *Lampião da Esquina* foi um periódico “guei”, publicado pela “Esquina Editora de Livros, Jornais e Revistas Ltda” no Rio de Janeiro, que circulou nacionalmente de maneira mensal durante seus três anos de existência, de 1978 a 1981. O impresso teve 38 edições mensais, contando com a publicação número zero e mais três edições extras. Organizava-se em

JÚNIOR, R. R. S.

seções como a “Esquina”, espaço dedicado aos editores e algumas traduções de textos estrangeiros, a “Reportagem”, onde denunciavam os acontecimentos recentes e compartilhavam entrevistas com personalidades relevantes, a “Bixórdia”, segmento humorístico que surge a partir da quinta edição. Além de espaços como o “Ensaio populares”, a partir da oitava edição, no qual os leitores escrevem textos opinativos e o “Cartas na mesa”, local de diálogo entre os editores e o público.

Suas publicações, mantidas com a colaboração de doadores, tinham o conteúdo produzido por um conselho editorial de onze membros.<sup>XI</sup> Estavam envolvidos nomes como Adão Costa, jornalista, pintor e tradutor; Aguinaldo Silva, escritor e jornalista colaborar de outros jornais como o *Opinião* e o *Movimento*; Antônio Chrysóstomo, jornalista e crítico da imprensa musical; Clóvis Marques, jornalista e crítico de cinema; Darcy Pentead, artista plástico e escritor, um dos primeiros a tratar a temática da homossexualidade no país; Francisco Bittencourt, poeta, crítico de arte e jornalista; Gasparino Damata, jornalista e escritor; Jean-Claude Bernardet, crítico de cinema e jornalista ativo no jornal *Opinião*, além de um dos fundadores de *Movimento*; João Antônio Mascarenhas, advogado, jornalista e tradutor; João Silvério Trevisan, cineasta e escritor e Peter Fry, professor e antropólogo. Embora tenha surgido com a preocupação de desmarginalizar homossexuais, ao longo de sua circulação o tabloide foi abrindo espaços e se tornando um importante noticiário das questões de gênero, de classe e de raça que se cruzavam.

Havia sujeitos que buscavam por meio da imprensa alternativa mobilizar a retomada de direitos civis e políticos que lhes foram cerceados, utilizando-a como ferramenta de crítica e de oposição. O que marca radicalmente a experiência alternativa do *Lampião da Esquina* é a sua organização por uma categoria de sujeitos que, embora também lutassem pela retomada dos mesmos direitos, o fazia de maneira ainda mais ampla. Mais do que retomar o que foi cerceado, lutavam por direitos que sequer ainda haviam sido concedidos.

O discurso cisheteronormativo estava comprometido somente em legitimar as identidades de gênero (homem/mulher) e uma orientação sexual (heterossexual) correspondentes, classificando as experiências diversas como antinaturais, patológicas e/ou pecaminosas. Isso se deve não só a tradição judaico-cristã, argumenta Borrillo<sup>XII</sup>, mas também ao próprio discurso científico que, a partir do século XIX, compreende-as não mais como o “vício da sodomia”, mas como “perversão sexual”, risco de “não reprodução da espécie”, possibilidade de “regressão da cultura”. O autor ressalta ainda outras experiências históricas; no stalinismo a homossexualidade aparece como uma “anomalia congênita”, um fenômeno político que resultava da decomposição moral do sistema capitalista, mas que desapareceria naturalmente com a instituição da nova ordem. Do mesmo modo que a experiência nazista, na Alemanha, considerava um declínio biológico e condenava esses sujeitos, marcados pelo triângulo rosa, ao extermínio.

A experiência de deslegitimação a esses corpos transviados, portanto, advém de um longo processo histórico e da convergência de diversos contextos e discursos ideológicos que encontram no regime militar brasileiro a possibilidade de operação porque esse tinha, para além da agenda de reorganização política do país, um compromisso de sustentação da “moral e dos bons costumes”. Ao reivindicar uma posição de não marginalidade, ocupando-se do discurso sobre o próprio corpo, seus desejos e afetos de maneira pública, saindo da esfera da vida privada, a não normatividade sexual e de gênero se torna uma ameaça pois colocava em xeque as contradições e fragilidades da estrutura social vigente.

“E o direito ao orgasmo quando será reivindicado pela classe operária?”<sup>XIII</sup>

JÚNIOR, R. R. S.

Não só a moral conservadora era um obstáculo, mas também os dogmas da esquerda revolucionária fomentavam a discriminação sexual. Para os setores mais radicais da esquerda, o homossexual contradizia a “moral revolucionária” já que sua postura era feminizada e, de qualquer maneira, sua existência seria eliminada a partir da superação do capitalismo posto que era fruto da decadência burguesa. O discurso de indecência da homossexualidade mais se aproximava de uma continuidade da moral militar do que da renovação revolucionária, a desqualificação do homossexual a partir da aproximação do feminino também denuncia a leitura problemática mesmo nos discursos contrários ao do regime.

João Silvério Trevisan, por isso, questiona “não é a energia sexual, conforme canalizada pelos padrões repressores da sociedade um dos pilares do poder constituído?”<sup>XIV</sup>. Em seu ensaio, publicado no *Lampião*, ele noticia a realização, entre os dias 24 e 30 de abril de 1978, em São Paulo, da semana do Movimento da Convergência Socialista; o encontro tinha como finalidade a criação um Partido Socialista Brasileiro. Naquele momento, segundo Trevisan, estiveram inclusas as agendas de grupos minoritários, embora nenhum desses estivessem presentes nas mesas e a palavra homossexual não tenha sido dita sem que houvesse constrangimento. O homossexual era lido como contrarrevolucionário, sujeito até a ameaças de morte pois, como um todo, a esquerda revolucionária considerava a homossexualidade um comportamento sexual inapropriado e inaceitável.<sup>XV</sup> Considerava-se que as sexualidades, como questão de cunho pessoal, distraíam a atenção dos verdadeiros problemas sociais a serem enfrentados no país. Os homossexuais, portanto, encontravam-se em uma encruzilhada moral. De um lado, o discurso hegemônico, do outro o discurso revolucionário, ambos contrários à legitimidade de sua existência sendo necessário construir um espaço próprio de organização e mobilização.

Naquela encruzilhada, o clima libertário na década de 1970 ecoava no país. Os movimentos de contracultura ganhavam força e irreverência na oposição aos guardiões da moral nacional. Com a derrota da luta armada, a crise econômica em curso e a articulação de uma oposição legal contra o regime, o então presidente Ernesto Geisel (1974 - 1979) dá início a um processo de redemocratização “lento, gradual e seguro”. O fim da censura prévia, em 1978, que cercava a maioria dos jornais alternativos inaugurou um novo momento editorial, além disso com o benefício do “milagre econômico” as classes médias urbanas cresciam e alimentavam a cultura do consumo.

São, portanto, esses ventos favoráveis que possibilitam os editores a publicarem um jornal abertamente homossexual. Convém ressaltar sobre esse, a predominância de homens brancos de classe média, o que se justifica na autonomia financeira que esse grupo social alcançou diante do sistema capitalista; e para o qual a identidade homossexual, principalmente a masculina, virou um produto rentável. Com efeito, o homossexual passou a ser uma classe economicamente importante no mercado: “um fato é inegável o homossexual está sendo digerido e transformado em produto de consumo”.<sup>XVI</sup>

“Qual é a da nossa imprensa?”<sup>XVII</sup>

Na encruzilhada moral na qual os homossexuais se encontravam, somente uma articulação própria era capaz de estabelecer um espaço de diálogo e organização sobre as temáticas importantes ao grupo. Para B. Kucinski (2018), a imprensa alternativa criou um espaço público alternativo, era a manifestação da utopia no Brasil - não como espaço do impossível, mas como construção de um lugar que ainda estava por vir. E para o qual, nesse sentido, o *Lampião* iluminava as brechas de um novo caminho.

JÚNIOR, R. R. S.

A construção narrativa do jornal não vai estar circunscrita somente no espaço intelectual, agitando e mobilizando uma coletividade que dava seus primeiros passos de organização em torno de reivindicações políticas, mas também construía um espaço seguro de trocas e sensibilização em torno do senso de comunidade, como na seção *Cartas na mesa*. A organização dos escritos, em suas primeiras edições, tinha uma preocupação em demonstrar uma certa intelectualidade e seriedade, afirmando aquela minoria um lugar até então preterido. Em que se pese, no entanto, essa posição recorria em consentir os modelos discursivos dominantes. Consentimento temporário visto que a ideologia dominante não era capaz de absorver e veicular tais proposições, é interessante perceber como ao longo das edições o jornal vai ganhando uma linguagem própria.

Frequentemente os discursos oficiais do regime comunicavam através de uma suposta neutralidade e objetividade. “A não interferência de variantes sociais e regionais conota a unidade da nação, expressa a unidade da língua, não dividida em classe ou regiões. O discurso é o discurso de todos os brasileiros, assim como o são o governo e a “revolução”.<sup>XVIII</sup> A variedade linguística do *Lampião*, porém, demonstrava uma originalidade que contradizia o discurso oficial, reafirmando a variedade social e a diversidade linguística. A redação dos textos era preenchida de dialetos próprios da comunidade, termos pejorativos eram postos em outra posição, a palavra então se torna o espaço para subversão. Como defende Aguinaldo Silva:

Muita gente se declarando indignada pelo fato de LAMPIÃO utilizar, com muita frequência, palavras tidas como pejorativas: bicha, boneca, etc, às quais o uso comum deu sempre um tom de ofensa, de epíteto humilhante. Para alguns, o uso destas palavras indicaria uma apelação ao baixo nível que não fica bem em nosso jornal. A estes, a explicação que se segue. O uso de tais palavras em LAMPIÃO da Esquina, na verdade, tem um propósito. O que nós pretendemos é resgatá-la do vocabulário machista para em seguida desmisticá-las (sic).<sup>XIX</sup>

As temáticas veiculadas no jornal se aproximavam de outras abordadas na grande imprensa ou até mesmo em alternativos, o que os diferenciava, no entanto, é a variedade ideológica do discurso. Isso pois “o nível discursivo, em seu tema e figuras, está ligado a uma formação ideológica. Um discurso constitui de forma específica, a linguagem, a retórica de um conteúdo ideológico”.<sup>XX</sup> O *Lampião* era o veículo que criava a possibilidade de discursos nos quais os corpos transviados, dissidentes em gêneros e/ou sexualidades, fossem atravessados para além do “apesar de”, mas em “razão de”. Ou seja, produzia-se um jornal em razão da condição do homossexual/transsexual, no qual as próprias vivências e experiências daquele grupo ganharam espaço; seja na denúncia ao tratamento recebido pelo Estado e pela sociedade, seja na celebração do afeto e do desejo como condições legítimas.

Na grande imprensa os termos “travesti” e “homossexual” apareciam constantemente associados à criminalidade, os noticiários da época insistiam em circunscrevê-los sempre como réus, instigando um imaginário de desvio e criminalidade. Glauco Cardoso, no artigo “Não me espreme que eu sangro”, denuncia o tom sensacionalista do jornal diário *Notícias Populares* (1963 - 2001) o qual, com uma tiragem de 140.000 exemplares, insistia seja como vítima ou criminoso, na imagem do homossexual-delinquente:

Façamos uma amostragem. Em oito dias, só no mês de julho NOTÍCIAS POPULARES estampou manchetes de primeira página envolvendo homossexuais, das quais seis eram destaque principal da edição. São as seguintes: ‘Homossexuais sequestram 2 irmãos em SP’ (dia II); ‘Mãe acha que travestis mataram um dos filhos’ (dia 12); ‘Homossexual é suspeito de ocultar um crime’ (dia 13); ‘Escapei do inferno dos homossexuais’ (dia 18); ‘Polícia caça homossexual sequestrador’ (dia 20); ‘Dois casamentos de homossexuais revoltam o povo’ (dia 21); ‘Mistério; homens que se

JÚNIOR, R. R. S.

casaram sumiram' (dia 21); — 'Lésbica matou Dulcinéia que lhe negou amor' (dia 31). O teor dos subtítulos e entretítulos é o mesmo, por exemplo: 'Máfia do Sexo age na Boca do Luxo da cidade'; — 'Corrupção e tóxicos na rota dos sequestradores'; 'Drogado no cárcere privado'; — 'Ia ser vendido no Rio ou Bahia': '200 quilos de maconha na rota dos mafiosos'; 'Carlinhos teria sido vítima dos travestis' — etc., etc...<sup>XXI</sup>

As tentativas de emplacar narrativas diferentes dessa caíam na mira da censura, não à toa, em sua edição zero, o *Lampião* interroga "Celso Curi processado. Mas qual é o crime deste rapaz?". Curi, a época colunista do jornal *Última Hora de São Paulo*, foi demitido após ousar tematizar a homossexualidade na inédita Coluna do Meio. A demissão foi justificada pela necessidade de contenção de despesas, embora jornalista tenha contribuído positivamente na vendagem do jornal. A demissão de Celso exemplifica como "aceita na esfera íntima da vida privada, a homossexualidade torna-se insuportável ao reivindicar, publicamente, sua equivalência à heterossexualidade".<sup>XXII</sup>

Além da demissão, o jornalista também enfrentou um processo no qual era acusado de "promover a licença de costume e o homossexualismo especificamente".<sup>XXIII</sup> A acusação era sustentada de acordo com o artigo 17 da Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967, a qual regulava "a liberdade de manifestação do pensamento e de informação". O artigo 17, por sua vez, deixava sujeito às penas da lei os responsáveis por "ofender a moral pública e os bons costumes". Para o *Lampião*, "o pecado do Celso foi o de ter sido o primeiro a fazer isso [...] Se trata também do primeiro processo contra homossexualismo (sic), na história judicial do Brasil".<sup>XXIV</sup>

*"Para o Brasil do ano 2.000, os "bons costumes" do século XIX"*<sup>XXV</sup>

Como então definir o que seria a moral pública e os bons costumes, se as decisões judiciais eram legadas à subjetividade e ao domínio do discurso normativo? A moral pública e os bons costumes estavam associados à continuidade da alegação "revolucionária" que assume o Estado brasileiro, a partir de 1964, com a finalidade de alcançar os objetivos nacionais de "progresso." Luís Fiorin sinaliza que todos os brasileiros, a partir dele, se tornavam objetos de um julgamento moral e como o regime partia de uma moral absoluta, os cidadãos eram adjuvantes ou oponentes. Assim "o mecanismo semântico básico do discurso é a "universalização abstrata", ou seja, a negação das diferenças, para afirmar uma unidade superior, que engloba contrários e contraditórios [...] É o mecanismo semântico de construção dos mitos"<sup>XXVI</sup>

O discurso "revolucionário" induzia os indivíduos a aceitarem os seus respectivos papéis dentro das relações sociais e de produção e agir de acordo com esses, ou seja, uma liberdade dentro de uma ordem social estática para a qual é dever a submissão à ordem constituída.<sup>XXVII</sup> A moral e os bons costumes, assim, embora sejam como um código de condutas profundamente subjetivo, dava aos agentes do Estado a possibilidade de regular os corpos cuja única razão de ser, para os valores cisheteronormativos, era conservar e reproduzir os valores tradicionais.

O que destaca no ritmo da censura moral, para além de sua arbitrariedade, era a capacidade de se articular junto aos cidadãos, pois esses passavam a ser agentes ativos de vigia e repressão cotidiana. Como postulado pelo então cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Eugênio Sales, "em vez de simplesmente apelar para proibição ou medidas coercitivas legais, importa aos próprios cidadãos assumir o papel que lhes cabe, zelar pelo bem-estar coletivo"<sup>XXVIII</sup>. Tal zelo do "bem-estar" fica evidente no caso de Verushka, a moradora, diante da mudança de síndico do prédio, no qual já morava há quatro anos, recebeu exigências que,

JÚNIOR, R. R. S.

sequer redigidas, lhe impunham regras de circulação. Só poderia usar o elevador social se mudasse suas roupas por outras “estritamente masculinas” em razão do desejo do síndico de moralizar o espaço.<sup>xxxix</sup> A razão da intransigência? Ser uma travesti.

Relatos como o de Veruskha demonstram como a “moral e bons costumes” presentes no discurso oficial tinham elo com o imaginário coletivo. Para além dos aparatos estatais, o controle se revelava nas relações de poder corriqueiras através da postura repressora dos próprios cidadãos. No viés das sexualidades, a heterossexualidade, ao ser posta como padrão moral superior, permite e condiciona a repressão e o domínio por meio do heterossexismo. Segundo Daniel Borrillo, esse é “a crença na existência de uma hierarquia de sexualidades, em que a heterossexualidade ocupa posição superior”.<sup>xxx</sup>

A sexta edição do *Lampião*, publicada em novembro de 1978, mês eleitoral, trazia dois artigos importantes do ponto de vista organizacional dos homossexuais os quais já esboçavam publicamente a necessidade de articulação e ocupação de suas agendas institucionalmente. Em “*E no dia 15, a boneca morre afogada?*”, de Darcy Penteado, questionava-se a covardia dos candidatos em falar a palavra homossexualidade e a ausência de projetos políticos afins com as demandas do grupo: “e mais uma vez, a minoria homossexual, que poderia ser uma maioria eleitoral, continuará sem candidato, desorientada e, por que não? Desinteressada pelos destinos políticos do país”<sup>xxxxi</sup>. Baiardo de Andrade, por seu turno, candidato a deputado federal pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), no estado de Pernambuco, escreveu em resposta uma vez que sua candidatura presumia a “defesa intransigente dos direitos dos homossexuais”.<sup>xxxii</sup>

A corajosa edição é responsável por deixar o *Lampião* na mira das autoridades. Em documentação sigilosa, da Divisão de Segurança Institucional do Ministério da Justiça, em 27 de novembro de 1978, informação nº 875/78, o jornal é classificado pelos denunciante como “órgão da imprensa nanica” dedicado à “promoção do homossexualismo”<sup>xxxiii</sup>. Sob o carimbo que declara “A revolução de 64 é irreversível e consolidará a democracia no Brasil”, é evidente o incômodo com os questionamentos levantados por Darcy e a preocupação com a candidatura de Baiardo Lima, uma vez que ele “incluiu em sua plataforma eleitoral a liberdade do homossexualismo e a legalização do aborto”. A entrada do jornal em assuntos de cunho partidário e eleitoral e a imediata reação, por meio do inquérito, revela não só a força da repressão política diante de uma oposição partidária, mas também como essa estava em afinidade com as condutas de ordem moral. Para os censores, a publicação se configurava em um duplo problema: veiculava políticos de oposição com programas moralmente inoportunos ao regime e inquietava o público em torno da necessidade de organização de um contingente eleitoral. Em 29 de novembro do mesmo ano, no entanto, o Departamento de Polícia Federal (DPF), assessores responsáveis e o Chefe de Gabinete são pelo arquivamento do processo.

As tentativas de descontinuação das publicações em torno da censura são contínuas. Em sua nona edição, o *Lampião* traz uma reportagem denunciando o processo que o jornal sofre, enquadrado na Lei de Imprensa, sob acusação de “ofensa a moral e aos bons costumes”. Reforçando que os preceitos morais, embora vagos quanto a sua definição e amplitude, tinham fronteiras definidas quanto aos limites e discriminação de determinados grupos; “não é possível considerar imoral a luta de um determinado grupo – discriminado sexualmente - para sair do gueto que lhe foi imposto e assumir seu lugar na sociedade, deixando de ser, dessa forma, cidadãos de segunda classe”.<sup>xxxiv</sup>

Em fevereiro de 1979, em sua décima segunda edição, alguns editores do conselho aparecem estampados na capa do jornal como presidiários abaixo de uma faixa de “procurase”<sup>xxxv</sup>, sob a ironia de serem os investigados criminalmente inocentes, uma vez que a homossexualidade não correspondia à ilegalidade no Código Penal brasileiro. Naquele cenário,

JÚNIOR, R. R. S.

os movimentos da polícia tinham a clara intenção de, em alguma medida, diluir as discussões que se estabeleciam no impresso, equilibrando-se nas contradições próprias daquele processo de reabertura; ora liberdades, ora coibições. Os passos em torno da redemocratização, todavia, eram cada vez mais contundentes entre os grupos minoritários, não à toa João Trevisan conclamava que o “LAMPÃO provou o gosto e mostrou como é gostoso exercitar-se na democratização da vida brasileira. Lutará até o fim para que esta abertura não feche nossos canais [...] POR MAIS TESSÃO, MENOS REPRESSÃO.”<sup>XXXVI</sup>

Em novembro de 1979, na décima oitava edição, os editores comemoraram a inocência dos editores do impresso. As tentativas de coagi-los enfrentaram a solidariedade de diversos colaboradores e leitores, a confiança, advinda da formação e manutenção dessas conexões, foram o fôlego do jornal; para além dos momentos de repressão direta, mas durante toda sua existência. A exemplo do Grupo Somos que criou o Comitê de Defesa do Jornal Lampião, manifesto assinado por nomes como Luiz Gonzaga Júnior, Fauzi Arap, Dercy Gonçalves, Clarice Herzorg, entre outros artistas e intelectuais. Para o conselho:

Foi essa confiança que nos levou a suportar todas as pressões - as visitas matinais dos agentes do DPF, as solicitações arbitrárias como aquela dos nossos livros contábeis, a humilhação de sermos qualificados e identificados numa repartição policial como criminosos - e o resultado final dessa longa história mostra que nós tínhamos razão: a Justiça decidiu-se pelo arquivamento do processo, levando em conta o parecer do Procurador da República, Sérgio Ribeiro da Costa, a respeito de LAMPÃO: ‘No caso em exame, a publicação inquinada de ofensiva à moral pública pode ofender a moral de alguém, mas não de todos. Portanto é relativo e não absoluto o conceito de moral daquele que condena essas publicações’.<sup>XXXVII</sup>

O arquivamento do processo salienta as contradições diante das quais os próprios censores se viam, como no grifo acima, uma vez que a postura de condenação adivinha do subjetivo e imprevisível padrão moral público. Convém refletir que não há como falar em moral, mas sim em moralidades. Uma vez que dispomos de padrões plurais e heterogêneos, elaborados a partir da experiência particular de cada grupo social; todavia, o discurso oficial impunha compulsoriamente um modelo ideal, ignorando as contradições e complexidades coexistentes. Rearticular esses padrões foi parte da tarefa dos grupos minoritários que se viam cada vez mais inclinados à organização político-partidária.

Além disso, tentou-se também investigar as movimentações financeiras do periódico, solicitando os livros contábeis para fiscalização pela Polícia Federal. O que a polícia desconhecia, no entanto, é que o jornal praticamente se autofinanciava, sua dinâmica de produção estava concentrada em arrecadar o custo da próxima publicação, sem nenhuma renda aos produtores. Aliás, essa era uma característica comum a maioria dos jornais alternativos, a própria política de administração não tinha objetivos lucrativos. Na visão de Quinalha, a ação, que vinha acontecendo também em outros jornais - e que no *Lampião* não encontrou nenhuma irregularidade -, “se tratou de uma estratégia deliberada da repressão para conseguir coibir a circulação dos jornais menores sem, contudo, assumir o ônus que a censura aberta e declarada provocaria nos anos de abertura”.<sup>XXXVIII</sup>

“*Homossexuais se organizam*”<sup>XXXIX</sup>

Se hoje a violência ainda é uma constante na vida de pessoas homossexuais e/ou transexuais, a arbitrariedade dessa, no período estudado, era ainda mais intensa. Há diversos relatos de travestis, por exemplo, que sofriam desde a submissão à terapia de conversão, por meio de eletrochoques em clínicas psiquiátricas, até a restrição da liberdade de ir e vir nos

JÚNIOR, R. R. S.

espaços públicos devido aos abusos policiais. A violência ocorria frequentemente através da invasão dos espaços de socialização, como boates, e dos linchamentos executados indiscriminadamente, como na *Operação Rondão* e na *Operação Limpeza*, executadas na cidade de São Paulo com a finalidade de limpar as ruas contra a “vadiagem”.<sup>XL</sup> Segundo os relatos da época, na maioria das abordagens policiais era solicitada a carteira de trabalho que, caso não fosse assinada, já era razão de prisões que duravam algumas horas.<sup>XLI</sup> Ignorando, primeiramente, a desigualdade social crescente no momento e também o fato de que travestis e homossexuais eram preteridos dos ambientes formais de trabalho.

Em uma declaração utilizada pelo *Lampião*, o delegado Wilson Richetti, responsável pela “limpeza” do espaço público, após se deparar com dois homens beijando em público, repreende: “precisamos tirar das ruas os pederastas, maconheiros e prostitutas [...] Eles não respeitaram nem minha mulher”.<sup>XLII</sup> A declaração do delegado revela uma visão estigmatizada, os adjetivos utilizados demonstram os lugares reservados aos homossexuais/transsexuais no imaginário normativo. As ações, desse modo, eram conduzidas pelo agenciamento moral visto que não havia ilegalidade na homossexualidade/transsexualidade; e sim códigos criminais, com noções vagas de moral e decência pública, os quais forneciam uma rede jurídica pronta para capturar os que transgredissem as normas sexuais socialmente aprovadas.<sup>XLIII</sup>

Diante dos entraves, era iminente o surgimento de um movimento social e político organizado no qual se pudesse construir os meios de reivindicações em torno dos direitos relativos às condições de gênero e sexualidade não normativas. O *Lampião*, portanto, tem um papel essencial. Além de já vir arando o terreno, por meio da inserção da discussão na imprensa, a circulação do tabloide encorajava o encontro e a organização de pares. Um momento importante no surgimento do movimento homossexual organizado é a *Semana de Debates sobre Movimentos Minoritários*, realizada em fevereiro de 1979, na Universidade de São Paulo. Lá estiveram presentes membros do corpo editorial do jornal e do Grupo Somos, um dos grupos pioneiros na orientação de um movimento organizado. Os debates tinham a intenção de compreender o caráter emancipatório dos grupos minoritários, negros, mulheres, indígenas e homossexuais brasileiros, e os caminhos possíveis. Para Trevisan, “pela primeira vez no Brasil as lésbicas e as bichas tomaram seu espaço e vomitaram coisas há muito engasgadas; o prazer, por exemplo, foi reivindicado entre os direitos da pessoa humana, com alusões concretas inclusive ao prazer anal como direito de cada um sobre o próprio corpo”.<sup>XLIV</sup>

A grande dificuldade, naquele momento, era decidir os caminhos de ação, se a luta homossexual estaria articulada ou não aos setores que traçavam uma luta mais ampla que convergiria na liberdade geral. Havia divergências nos debates, de um lado a esquerda ortodoxa dando ênfase ao fenômeno econômico, do outro, as minorias com suas reivindicações por meio de análises que priorizavam o respeito às liberdades individuais como ação urgente e não uma luta secundária.

Se em sua décima segunda edição o jornal trazia uma notícia sobre o inquérito que vinha sofrendo, o exemplar que a precede noticiava a organização de um grupo homossexual organizado, o SOMOS: Grupo de Afirmação Homossexual (SP). Era sempre tempo para o *Lampião*, mesmo diante das ameaças de ventos desfavoráveis, queimar. A coluna sobre o grupo anunciava que o país vivia um momento de organização frente às opressões de cunho sexual. Diante de tentativas anteriores semelhantes que fracassaram, o grupo surgia com a consciência da importância de traçar uma linha de ação comum, mas, antes de tudo, ser um espaço de acolhimento no qual o reconhecimento e a discussão sobre as próprias condições se dessem de maneira digna.

JÚNIOR, R. R. S.

A dificuldade na articulação interna, entre a referente minoria, passava pela dificuldade constante de autoaceitação entre os membros e a incapacidade de publicamente manifestar as sexualidades dissidentes. As discussões eram de certa forma recentes e o campo cultural e científico estava em efervescente disputa. Muitos homossexuais não conseguiam compreender sua própria condição e diante do heterossexismo prevalente, afastavam-se da possibilidade de viver de maneira franca seus desejos; o que incorria em auto repressão e afastava ainda mais a possibilidade de haver contestação pública de direitos. Aqueles que conseguiam alcançar uma autocompreensão eram obrigados, na maioria das vezes, a viver enrustidos para conseguir sobreviver tanto no ambiente familiar quanto no público. Não são raros os relatos de leitores que escreviam ao *Lampião*, por exemplo, relatando a dificuldade de se inserir no mercado de trabalho em razão da discriminação que sofriam. Para alguns, sobreviver significava abrir mão dos próprios desejos ou vivê-los secretamente em determinados espaços marginais sob o constante risco da violência.

Nos bastidores da produção do jornal, os editores, junto aos membros do SOMOS, tiveram a ideia de reunir os grupos de ativistas homossexuais, que vinham nascendo no país, para compartilhar os resultados que vinham sendo alcançados, bem como atender a preocupação que esses tinham em apresentar uma agenda de atividades pragmáticas. Em dezembro de 1979, ocorreu então na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), o primeiro encontro nacional de homossexuais militantes, o encontro foi responsável por confirmar a nova consciência que ascendia no país.

Em consonância, a partir da sua décima segunda edição, o jornal dedica espaço a uma nova seção intitulada “Ativismo”, onde noticiavam as reuniões organizadoras do I Encontro Brasileiro Homossexual (EBHO) que diferente da reunião anterior, realizada na ABI, ganhava um caráter público. A interrogação constante na comunidade, durante o EBHO, era pontuada por Francisco Bittencourt, em sua cobertura, “a questão crucial dos homossexuais organizados brasileiros: somos ou não parte da nação, de seu sistema, ou optamos por repudiar qualquer forma de participação numa sociedade que consideramos injusta e opressora?<sup>XLV</sup>. Bichas, lésbicas e transexuais viviam um processo de aprendizagem no qual se buscava encontrar o próprio tom, diante de suas especificidades como grupo - desenvolvendo uma linguagem própria capaz de comunicar seus anseios de autonomia - era preciso encontrar a medida do fazer político ao qual adeririam.

João Trevisan pontuava, no entanto, a difícil garantia de autonomia política do movimento homossexual brasileiro. Se na teoria essa necessidade era uma conclusão comum, na prática, havia precedentes para a infiltração de organizações político-partidárias e o risco do movimento homossexual se tornar apenas uma extensão dessas lutas. O EBHO pôs em xeque as dificuldades e contradições a serem enfrentadas por um grupo ainda tão jovem politicamente. Paralelo a essas discussões, o *Lampião*, principal suporte de esquematização dos grupos, adentrou em uma crise fatal que, em consequência, também levou a decadência do movimento iminente.

Ao passo que se multiplicavam diferentes organizações, mais difícil se tornava a conciliação de ações comuns e mais frequente era a fragmentação interna. O jornal começou a sofrer cada vez mais críticas e pressões por um posicionamento claro a respeito dos caminhos que seguiria dentro do ativismo, além de repúdios às suas escolhas editoriais. Aguinaldo Silva, na intenção de preservar uma postura jornalística, respondia que não era possível transformá-lo em uma “espécie de ‘diário oficial’ do ativismo guei” e que pretendia conservar sua neutralidade. Na vigésima quinta edição, alertava-se que o jornal não tinha ligação com nenhum grupo homossexual e nem grupo político, embora se interessasse no surgimento deles e estivesse disposto a recebe-los em suas páginas, visto que era um dos principais responsáveis

JÚNIOR, R. R. S.

pelo surgimento desses. Logo, “mais que o ativismo, o jornal se preocupa com o interesse jornalístico do material enviado por estes grupos. O *LAMPIÃO*, acima de tudo, um jornal de minorias e não um boletim do ativismo homossexual”.<sup>XLVI</sup> Havia, assim, a intenção de noticiar a militância e não necessariamente fazê-la sob um vínculo político-partidário.

A postura do jornal, a partir do ano III, escancara a crise editorial. A publicação de fotos com nudez explícita, o certo tom de sensacionalismo e o caráter comercial já não coincidiam com a proposta inicial do projeto. Para B. Kucinski, o *Lampião* “começou elegante e terminou tangenciando o pornográfico” uma vez que sua circulação coincidiu com a explosão da pornográfica decorrente da abertura democrática em curso.<sup>XLVII</sup> Requer, todavia, pensarmos que a abordagem do corpo nu, expresso de maneira livre, em suas páginas buscava também estabelecer uma moral na qual a nudez fosse “saudável e bonita, pagã e sem complexos de culpa”.<sup>XLVIII</sup> De qualquer forma, as discordâncias sobre os caminhos a serem seguidos renderam a cisão entre os integrantes do periódico que entenderam já ter cumprido o papel ao qual se propuseram.

Somado a isso, a partir da década de 1980 houve uma decadência geral no ciclo alternativo. Kucinski conclui que os jornais desapareciam independente da qualidade e da natureza editorial, a insistência em uma circulação nacional logo começara a enfrentar debilidade econômica.<sup>XLIX</sup> No *Lampião*, as assinaturas, as vendas de calendários e ingressos de eventos já não davam conta de custear a impressão e a distribuição do jornal. Do mesmo modo, atentados contra bancas de jornais, sobretudo as que comercializavam alternativos, se tornavam cada vez mais frequentes e o nome do *Lampião* circulava entre a lista de jornais que constituíam risco nos locais de comercialização. Os temas típicos do periódico também já ganhavam espaço em colunas de jornais da grande imprensa, como a Folha de São Paulo. Tais fatores, somados ao desgaste nas relações internas entre o conselho, levaram ao fim do jornal. Assim como o surgimento do *Lampião* possibilitou a crescente mobilização em torno de um movimento homossexual organizado, o seu fim enfraqueceu a articulação entre as organizações que se viram diante da perda de um dos seus principais meios de subsistência.

### **Considerações finais: a luz do *Lampião* para além da esquina**

É verdade que o *Lampião* se apagou, todavia, a chama acesa já iluminava para além das esquinas. O jornal cumpriu durante sua existência uma função pioneira de comunicação, com uma linguagem bem-humorada e debochada - expressando-se através de um repertório linguístico herdado da experiência marginalizada de travestis e homossexuais -, estabeleceu importantes discussões em torno da emancipação dos grupos minoritários brasileiros e colocou-os como sujeitos na cena jornalística. No jus ao prazer e à liberdade, diante de um contexto de tantas castrações, o *Lampião* foi uma experiência essencial de oposição ao regime militar, sobretudo, em seu aspecto moral.

A moralidade encontrava no Estado autoritário, por meio de suas ferramentas de coerção e de controle, um meio de fiscalização comportamental. A legitimação da violência contra pessoas homossexuais e transexuais, na época, era uma constatação possível a partir do atravessamento entre o público e o privado, o Estado e as questões de cunho pessoal, respectivamente.<sup>L</sup> Não por acaso existia uma necessidade de, para além das medidas legais, importar aos cidadãos a responsabilidade de vigiar e reprimir. A manutenção do regime militar, em seu aspecto moral, se coadunava na expressão da cisgeneridade e da heteronormatividade por meio da política sexual.

E isso é evidente nas perseguições e acusações que o jornal sofreu. Até antes mesmo de sua estreia, o *Lampião* já era um alvo por sua “propaganda do homossexualismo” e suposta

JÚNIOR, R. R. S.

ameaça aos sustentáculos da “principal célula de resistência ao avanço de ideologias espúrias”. Alegava-se que “se é verdade que maior liberdade foi dada a imprensa dentro de uma diretriz política não é menos verdade que o uso exagerado dessa liberdade, deve ser coibido quando estão em jogo preceitos morais e éticos que são o sustentáculo da família brasileira”.<sup>LI</sup> O *Lampião* então existia entre as contradições do regime militar, de um lado, o fim da censura prévia, evidenciando os passos da abertura política que se seguia, e do outro, articulações censórias que, embora não utilizassem dos métodos diretos de repressão, comuns à década anterior, ainda reservavam finalidades parecidas.

Por isso o jornal tinha uma preocupação com sua função formadora, sempre em consonância com as discussões mais recentes, inclusive no noticiário internacional. Suas colunas eram responsáveis por formar uma consciência capaz de gerir a autoaceitação e encorajar a disputa pública dos espaços ainda restritos, por meio de uma comunicação sócio-política autêntica e fiel à própria linguagem daquela minoria, com um inédito alcance nacional entre essa. Não à toa, o grupo SOMOS grifa a esperança que o *Lampião* trouxe a partir do seu surgimento, a circulação do periódico “guei” gerou um entusiasmo geral, finalmente havia um espaço de difusão das demandas particulares daqueles leitores. Esses, eram parte da estruturação editorial e tinham seções dedicadas às suas participações onde desabafavam dores particulares, denunciavam crimes, criavam amizades, elogiavam e até criticavam o tabloide. Aliás, parte do caráter democrático do *Lampião*, residia na sua abertura a receber e publicar textos de colaboradores que contrariavam opiniões do próprio conselho.

Um dos seus papéis também foi servir como espaço de socialização entre a comunidade promovendo festas, bares, boates, espetáculos e espaços seguros. A partir da edição dezessete, por exemplo, surge a seção “Troca-troca” destinada à troca de correspondências e flertes entre o público. Outras seções, como a “Biblioteca Universal Guei”, traziam dicas de leituras sobre as vivências homoafetivas. O *Lampião da Esquina* foi, assim, um manifesto da contracultura brasileira, por meio do jornalismo, o qual buscou estabelecer novos paradigmas identitários, trazendo à tona as questões até então silenciadas.

A criação de um movimento homossexual organizado no Brasil foi possível, em certa medida, a partir do jornal cuja trajetória revela os primeiros passos do que compreendemos hoje como Comunidade LGBTIA+ brasileira. A maioria dos grupos homossexuais organizados tinham no jornal a força motriz porque era o único suporte, muitas vezes, de divulgação e mobilização ampla, inclusive responsável por custear reuniões entre ativistas homossexuais, como em dezembro de 1979, na ABI.<sup>LII</sup> O jornal otimizou o encontro de ativistas e a construção de suas respectivas organizações, foi espaço de circulação pública do Somos (SP), Somos (RJ) do Libertos (SP), do Grupo de Atuação e Afirmação Gay (RJ), do Grupo Mulheres de Porto Alegre (RS), entre outros.

À luz do *Lampião*, a imprensa enviadesceu; bichas balbuciarão, lésbicas protestaram, travestis reivindicaram. Juntos, abriram um espaço público de discussão, exigiram um espaço social que lhes era negado, denunciaram a patrulha sexual moralista, fizeram oposição à censura, desmentiram estigmas, organizaram-se, construíram um novo imaginário para além do gueto e alimentaram a esperança de mudança entre os milhares de leitores espalhados por todo o país.

## Notas

<sup>I</sup> Graduado em História pela Universidade Federal de Sergipe. Email: romerohist@gmail.com

<sup>II</sup> HILST, HILDA. *Júbilo, memória, noviciado da paixão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

JÚNIOR, R. R. S.

- 
- III FICO, Carlos. *O golpe de 64: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.
- IV CARDOSO, Célia Costa. *Movimento: um jornal alternativo (1975-1981)*. São Cristóvão: Editora UFS, 2017, p. 113.
- V MENDES, Sérgio Luiz da Silva. A imprensa alternativa durante a ditadura militar no Brasil (1964-1984): um olhar historiográfico. *Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História do Brasil da UFPI*, 2011, p. 40.
- VI BARROS, Patrícia Marcondes. *A revolução sexual nos anos 70 e o pensamento contracultural de Rosie Marie Muraro*. Paraná: Revista NUPEM, 2017.
- VII *Lampião da Esquina*, abril de 1978, nº zero, p. 2.
- VIII *Lampião da Esquina*, abril de 1978, nº zero, p. 2.
- IX QUINALHA, Renan. *Contra a moral e os bons costumes: a ditadura e a repressão à comunidade LGBT*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021, p. 179.
- X *LAMPIÃO*, edição experimental, nº zero, abril de 1978, p. 02.
- XI *LAMPIÃO*, edição experimental, nº zero, abril de 1978. C.f. Anexo.
- XII C.f. BORRILLO, Daniel. *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2010.
- XIII *LAMPIÃO*, ano I, nº 2, 25 de junho a 25 de julho de 1978, p. 09.
- XIV *LAMPIÃO*, ano I, nº 2, 25 de junho a 25 de julho de 1978, p. 09.
- XV Cf. GREEN, James N. *Quem é o macho que quer me matar? Homossexualidade masculina, masculinidade revolucionária e luta armada Brasileira dos anos 1960 e 1970*. Revista anistia política e justiça de transição. Nº. 8, 2012, pp. 58- 93.
- XVI *LAMPIÃO*, ano I, nº 2, 25 de junho a 25 de julho de 1978, p. 05.
- XVII *LAMPIÃO*, edição experimental, nº zero, abril de 1978, p. 05.
- XVIII José Luiz. *O regime de 1964: discurso e ideologia*. São Paulo: Atual, 1988, p.132
- XIX *LAMPIÃO*, ano I, nº 3, 25 de julho a 25 de agosto, p. 05.
- XX José Luiz. *O regime de 1964: discurso e ideologia*. São Paulo: Atual, 1988, p.152.
- XXI *LAMPIÃO*, ano I, nº 4, 25 de agosto a 25 de setembro, p. 05.
- XXII BORRILLO, Daniel. *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2010, p.17.
- XXIII *LAMPIÃO*, edição experimental, nº zero, abril de 1978, p. 06.
- XXIV *LAMPIÃO*, edição experimental, nº zero, abril de 1978, p. 07.
- XXV *LAMPIÃO*, ano I, nº 9, fevereiro 1979, p. 05.
- XXVI FIORIN, José Luiz. *O regime de 1964: discurso e ideologia*. São Paulo: Atual, 1988, p. 74.
- XXVII Idem, 1988, p. 74.
- XXVIII *LAMPIÃO*, ano III, nº 20, janeiro, 1980, p. 03.
- XXIX Cf. *LAMPIÃO*, ano I, nº 10, março, 1979, p. 03.
- XXX BORRILLO, Daniel. *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010, p. 31.
- XXXI *LAMPIÃO*, ano I, nº 6, novembro de 1978, p. 04.
- XXXII Cf. Artigo veiculado no *LAMPIÃO*, Ano I, nº 6, novembro de 1978. Cf. Anexo.
- XXXIII ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Processo GAB nº 100.853. Rio de Janeiro, 28 nov 1978. Cf. Anexo.
- XXXIV *LAMPIÃO*, ano I, nº 9, fevereiro 1979, p. 05.
- XXXV Cf. *LAMPIÃO*, ano I, nº 12, maio, 1979.
- XXXVI *LAMPIÃO*, ano II, nº 15, agosto, 1979, p. 05.
- XXXVII *LAMPIÃO*, ano II, nº 18, novembro, 1979, p. 02 (grifo nosso).
- XXXVIII QUINALHA, Renan. *Contra a moral e os bons costumes: a ditadura e a repressão à comunidade LGBT*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021, p. 168.
- XXXIX *LAMPIÃO*, ano I, nº 12, maio, 1979.
- XL Capa de fundo. *Lampião da Esquina*. Rio de Janeiro: ano III, nº 26, julho, 19. C.f. Anexo.

JÚNIOR, R. R. S.

- XL<sup>I</sup> Ver o documentário, 29'10". *LAMPIÃO da Esquina*. Direção de Livia Perez. São Paulo, Doctela, 2016 (82 min). Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=ZsyTMvs6S8I&t=4235s&abchannel=NiltonMilanez>> Acesso em 24 nov 2022.
- XL<sup>II</sup> *LAMPIÃO*, ano III, nº 26, julho, 1980, p.18.
- XL<sup>III</sup> N. GREEN, J. “Mais amor e mais tesão”: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. *Cadernos Pagu*, 2015, p. 277.
- XL<sup>IV</sup> *LAMPIÃO*, ano I, nº 10, março, 1979, p. 10.
- XL<sup>V</sup> *LAMPIÃO*, ano II, nº 24, maio, 1980, p. 05.
- XL<sup>VI</sup> *LAMPIÃO*, ano III, nº 25, junho, 1980, p. 04.
- XL<sup>VII</sup> KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: EDUSP, 2003, p. 131.
- XL<sup>VIII</sup> *LAMPIÃO*, ano III, nº 27, agosto, 1980, p. 09.
- XL<sup>IX</sup> Cf. KUCINSKI, op. cit.
- <sup>L</sup> Cf. QUINALHA, Renan. *Contra a moral e os bons costumes: a ditadura e a repressão à comunidade LGBT*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021
- <sup>LI</sup> ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Processo GAB nº 100.045. Rio de Janeiro, 18 jan 1978.
- <sup>LII</sup> C.f. *LAMPIÃO*, ano II, nº 20, janeiro, 1979, p. 07.

### Referências Bibliográficas

- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Coordenação de Gestão de Documentos. Relação de processos da Divisão de Segurança e Informações [do Ministério da Justiça]: 1955-1987. Rio de Janeiro, 1996, 400 f., ms. - Não impresso.
- BARROS, Patrícia Marcondes de. *A imprensa alternativa brasileira nos “anos de chumbo”*. *Akrópolis*, Umuarama, v. 11, n. 2, p. 63-66, abr./jun., 2003.
- BARROS, Patrícia Marcondes. *A revolução sexual nos anos 70 e o pensamento contracultural de Rosie Marie Muraro*. Paraná: Revista NUPEM, v. 9 n. 18, 2017.
- BORRILLO, Daniel. *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2010.
- CARDOSO, Célia Costa. *Movimento: um jornal alternativo (1975-1981)*. São Cristóvão: Editora UFS, 2017.
- FICO, Carlos. *O golpe de 64: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.
- FIORIN, José Luiz. *O regime de 1964: discurso e ideologia*. São Paulo: Atual, 1988.
- GREEN, James N. “Mais amor e mais tesão”: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. *Cadernos Pagu*, [S. l.], n. 15, p. 271–295, 2015.
- GREEN, James N. *Quem é o macho que quer me matar? Homossexualidade masculina, masculinidade revolucionária e luta armada Brasileira dos anos 1960 e 1970*. *Revista anistia política e justiça de transição*. Nº. 8, 2012, pp. 58- 93.

JÚNIOR, R. R. S.

---

HILST, HILDA. *Júbilo, memória, noviciado da paixão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: EDUSP, 2003.

LAMPIÃO da Esquina. Direção de Livia Perez. São Paulo, Doctela, 2016 (82 min).

LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro: Esquina Editora de Livros, Jornais e Revistas Ltda. Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott (CEDOC).

LEMEBEL, PEDRO. *Manifiesto (Hablo por mi diferencia)*. Chile: 1986.

LUCA, Tânia Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2018, p. 111.

MACRAE, E. *O jornal Lampião da Esquina*. In: A construção da igualdade-política e identidade homossexual no Brasil da “abertura” [online]. Salvador: EDUFBA, 2018, pp. 137-164.

MENDES, Sérgio Luiz da Silva. *A imprensa alternativa durante a ditadura militar no Brasil (1964-1984): um olhar historiográfico*. Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História do Brasil da UFPI, v. 1, n. 1, 2011.

QUINALHA, Renan. *Contra a moral e os bons costumes: a ditadura e a repressão à comunidade LGBT*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

QUINALHA, Renan. *Censura moral na ditadura brasileira: entre o direito e a política*. Rio de Janeiro: Rev. Direito Práx., vol. 11, N. 03, 2020.

QUINALHA, Renan. *Lampião da Esquina na mira da ditadura hetero-militar de 1964*. Cadernos Pagu, 2021.

SOUZA, Rafael de. "Saindo do gueto": o Movimento Homossexual no Brasil da abertura, 1978-1982. 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

### Fontes

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Processo GAB nº 100.853. Rio de Janeiro, 28 nov 1978;

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Processo GAB nº 100.045. Rio de Janeiro, 18 jan 1978;

LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro: edição experimental, nº zero, abril de 1978;

LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro: ano I, nº 2, 25 de junho a 25 de julho de 1978;

LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro: ano I, nº 3, 25 de julho a 25 de agosto de 1978;

Boletim do Tempo Presente vol. 12, n. 05. Mai. 2023. p. 14-30 | <https://seer.ufs.br/index.php/tempopresente>

JÚNIOR, R. R. S.

- 
- LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro: ano I, nº 4, 25 de agosto a 25 de setembro de 1978;
- LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro: ano I, nº 5, outubro de 1978;
- LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro: ano I, nº 6, novembro de 1978;
- LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro: ano I, nº 7, dezembro de 1978;
- LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro: ano I, nº 8, janeiro de 1979;
- LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro: ano I, nº 9, fevereiro 1979;
- LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro: ano I, nº 10, fevereiro 1979;
- LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro: ano I, nº 12, maio, 1979;
- LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro: ano II, nº 16, setembro, 1979;
- LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro: ano II, nº 18, novembro;
- LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro: ano II, nº 20, janeiro, 1980;
- LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro: ano II, nº 22, março, 1980;
- LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro: ano III, nº 24, maio, 1980;
- LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro: ano III, nº 25, junho, 1980;
- LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro: ano III, nº 26, julho, 1980;
- LAMPIÃO DA ESQUINA. Rio de Janeiro: ano III, nº 27, agosto, 1980.